

Universidades Lusíada

Rodrigues, Pedro Caldeira

Construção da identidade nacional na Turquia de Atatürk

<http://hdl.handle.net/11067/6734>

<https://doi.org/10.34628/5e8h-2272>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

A emergência da República da Turquia, proclamada em 29 de outubro de 1923 por Mustafa Kemal, foi o culminar de um longo e doloroso processo de decadência do Império otomano e consumado através de uma luta de “libertação étnico-nacional” contra a Grécia e as potências ocidentais. A natureza do regime fundado por Mustafa Kemal, mais tarde consagrado como Atatürk, irá assumir características diversas face aos restantes regimes totalitários que se consolidavam na Europa, da Itália de Mussolini ao Es...

The emergency of the Turkish Republic, proclaimed the 29th October 1923, was the culmination of a long and painful process related with the decadence and fall of the Ottoman Empire, through a struggle of “ethnic-national liberation” against Greece, and the Western Powers. The nature of the regime founded by Mustafa Kemal, later named Atatürk, will assume different characteristics regarding the other totalitarian regimes in their process of consolidation in Europe, from Italy’s Mussolini till Sal...

Palavras Chave

Turquia - História - Revolução, 1918-1923, Nacionalismo - Turquia, Ferro, António, 1895-1956 - Viagens - Turquia

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:02:46Z com informação proveniente do Repositório

A construção da identidade nacional na Turquia de Atatürk: uma ocidentalização contra o ocidente

Construction of national identity in Atatürk's Turkey: a westernization against the west

Pedro Caldeira Rodrigues

Mestre em História e Cultura Europeia Contemporâneas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

Jornalista.

Email: pcr.netcabo@outlook.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/5e8h-2272>

Sumário

1. Introdução
2. Rescaldo da Primeira Guerra Mundial
3. O chefe da Turquia profunda
4. Um aliado circunstancial
5. Frente religiosa e vitória militar
6. Do fim do Sultanato à paz de Lausanne
7. Tempo de reformas e de abolição do Califado
8. António Ferro em Stambul e Ângora: regime musculado e “exótico”
9. As seis flechas
10. Nova língua e nova memória
11. As teses de História
12. Conclusão: a herança kemalista de Ghazi, o conquistador

Resumo: A emergência da República da Turquia, proclamada em 29 de outubro de 1923 por Mustafa Kemal, foi o culminar de um longo e doloroso processo de decadência do Império otomano e consumado através de uma luta de “libertação étnico-nacional” contra a Grécia e as potências ocidentais. A natureza do regime fundado por Mustafa Kemal, mais tarde consagrado como Atatürk, irá assumir características diversas face aos restantes regimes totalitários que se consolidavam na Europa, da Itália de Mussolini ao Estado novo de Salazar, do regime de Franco

à União Soviética de Estaline. Um processo de “desculturação” em oposição ao sultanato e o califado e pela construção do “homem novo”, onde a “pessoa civilizada” era identificada com a elite modernista e a “pessoa muçulmana” com o povo comum.

Palavras-chave: Mustafa Kemal Atatürk; Constituição; República; Nacionalismo; Secularismo/Laicismo.

Abstract: The emergency of the Turkish Republic, proclaimed the 29th October 1923, was the culmination of a long and painful process related with the decadence and fall of the Ottoman Empire, through a struggle of “ethnic-national liberation” against Greece, and the Western Powers. The nature of the regime founded by Mustafa Kemal, later named Atatürk, will assume different characteristics regarding the other totalitarian regimes in their process of consolidation in Europe, from Italy's Mussolini till Salazar's 'New State' in Portugal, from Franco's regime to Stalinist Soviet Union. A process of “deculturation” against the sultanate and the caliphate for the construction of a “new man”, where the “civilized person” was identified with the modernist Kemalist elite and the “Muslim person” with the common people.

Keywords: Mustafa Kemal Atatürk; Constitution; Republic; Nationalism; Secularism/Laicism.

1. Introdução

A emergência da República da Turquia, proclamada em 29 de outubro de 1923 por Mustafa Kemal, foi o culminar de um longo e doloroso processo de decadência do Império otomano e consumado através de uma luta de “libertação religiosa” e “étnico-nacional”, cujas principais vítimas serão os povos cristãos de um Império em desagregação e para quem a Anatólia também estava incluída nas suas reivindicações nacionais.

Empenhado na formação de uma nação, o novo regime necessitava de um discurso que legitimasse a emergência de um república laica que acabará de forma inevitável por denunciar características totalitárias. Num país que permanecia na encruzilhada entre dois mundos, começou a delinear-se desde início um dos aspetos centrais da ideologia kemalista na perspectiva de afirmação do novo Estado-nação: a procura de uma mãe-pátria mítica, matriz de todas as civilizações na Ásia Central e que fazia dos Turcos os antepassados de todos os povos nobres da terra. Uma forma de garantir a obstinada ligação ao Ocidente, com o qual compartilharam, e continuam a compartilhar, o seu destino.

Em declínio acentuado desde a segunda metade do século XVIII, o Império otomano envolve-se na Primeira Guerra Mundial conduzido pelos dirigentes Jovens Turcos que tinham participado na Revolução Jovem Turca de 1908, quando o Comité União e Progresso (*Ittihad Terakki Cemiyeti*, CUP) obrigou o Sultão Abdülhamit II a restaurar a Constituição de 1876 e convocar o Parlamento. Este movimento reconhecia-se assim na revolução dos Jovens Otomanos (*Yeni*

Oemanlilar) desencadeada em 1876, e inspirada pelo escritor aristocrata Namik Kemal (1840-1888), o mais proeminente “constitucionalista” do movimento revolucionário mas um profundo crítico das intenções do imperialismo ocidental face ao “mundo otomano”. Uma comprovação sobre as diversas tentativas de “ocidentalização” de um Império em refluxo, e que ocorriam pelo menos desde as importantes e fracassadas reformas do *Tanzimat* (*Reorganização*), desencadeadas ainda na primeira metade do século XIX.¹

Até se tornar óbvia a necessidade de mudança, o Império otomano tinha optado pelo sistema do *millet*, uma política de “classificação e identificação dos cidadãos”, ou das “nações” de acordo com a religião. E apesar de recompensar os convertidos ao Islão não era um Império com características assimilativas, permitindo que os diversos povos balcânicos, em parte também devido às características geográficas da região, mantivessem as suas culturas e identidades individuais.

Como tentativa de responder à acelerada decadência da Sublime Porta, a Revolução de 1908, agora promovida pelo movimento dos Jovens Turcos, vai aprofundar as ideias de “otomanismo”, “islamismo” e “turquismo”, fornecendo uma ênfase particular a este último segmento. Para mais, os desaires face aos exércitos da Rússia czarista, as contínuas perdas territoriais nos Balcãs e a emergência do nacionalismo entre as populações muçulmanas albanesas e árabes (também integradas no Império) contribuíam para a definitiva imposição do “turquismo”.²

1 As primeiras grandes reformas foram na prática introduzidas pelo Sultão Mahmud II, o Reformador, na década de 1820, com a ambição de transformar a Turquia de um Império medieval, baseado nos princípios do Islão, num Estado moderno e constitucional, inspirado nos princípios seculares do Ocidente. Formalmente iniciado em 1839 durante o consulado do Sultão Abdulmedjid I, o *Tanzimat* tinha como princípios básicos a aplicação igual de direitos a todos os sujeitos do Império Otomano independentemente da sua raça ou credo, mas as reformas acabaram por fracassar.

2 Ziya Gökalp (1876-1924), o principal ideólogo do CUP, era um notório nacionalista e acérrimo defensor do “turquismo” apesar de a sua obra ser muito contraditória, o que pode ser parcialmente explicado pelo facto de ter atravessado os períodos do Império otomano, dos Jovens Turcos e ainda os primórdios do “republicanismo kemalista”. A sua ideologia, que também incluía a defesa da religião muçulmana, colocava-o numa posição intermédia entre os defen-

O movimento que culminou na revolta militar de 1908 foi organizado no interior do país, sobretudo em Istambul e Salónica, e no estrangeiro, com destaque para os núcleos de Paris, Genebra e Cairo. O CUP nasceu então da fusão de diversas organizações revolucionárias e o seu lema era o liberalismo, em oposição ao despotismo do Sultão. Na secção de Salónica, de onde era natural, destaca-se um jovem de nome Mustafa Kemal (1881-1938), o futuro senhor da Turquia euroasiática e “laica”.

O “partido da guerra”, no poder na Turquia otomana no decurso da I Guerra Mundial, alimentava contudo projetos grandiosos. Os dirigentes da facção belicista do CUP estavam convencidos que a inevitável vitória da aliada Alemanha permitiria não apenas a reconquista dos territórios perdidos pela Turquia no último meio século mas ainda o desmantelamento do Império czarista ao qual sucederia, entre as suas ruínas, um vasto Império turco-muçulmano que, sob o comando do Sultão, aglutinaria todas as etnias turcas da Ásia e se estenderia do Mediterrâneo aos confins da China. Ao pan-islamismo sucedia a defesa do pan-turquismo, e será na sua nova qualidade de pan-turco que Enver Paxá – um dos líderes do CUP, ministro da Guerra entre 1914 e 1918 e que com Talaat Paxá e Cemal Paxá integrou o triunvirato ditatorial dos “três paxás” envolvido no genocídio arménio durante a Grande Guerra – encontrará a morte em agosto de 1922, no atual Uzbequistão, em combate contra o Exército Vermelho. O sonho pan-turco desfazia-se então em cinzas.

A fúria nacionalista que se apossou da elite dirigente, fortalecida pela vitória em Gallipoli contra os aliados da Entente no início de 1916, com Mustafa Kemal no posto de comandante, tinha já implicado a abolição das Capitulações e a suspensão do pagamento da dívida nacional. Em simultâneo, o massacre contra os arménios e as crescentes pressões sobre a comunidade grega, e judaica, revelavam um óbvio nacionalismo económico.³

sores de uma ocidentalização sem entraves e os que defendiam o regresso às tradições orientais.

3 O acentuar da crise económica tinha implicado o crescente endividamento do Estado face ao Banco Otomano, situação que justificou o surgimento da Dívida Pública Otomana, organismo supervisionado por franceses e britânicos. Desta forma, os impérios europeus passam a assegurar o monopólio dos tabacos, sal, impostos sobre o álcool ou das sedas. É neste contexto que surgem as Capitulações, na prá-

2. Rescaldo da Primeira Guerra Mundial

Pela primeira vez desde a queda do Império bizantino, com a conquista de Constantinopla em 1452, a capital otomana era forçada a abrir as suas portas a forças inimigas com a anuência de Mehmed VI (Vahideddin), que ascende ao trono de 1918. Perante a situação de impasse, o último Sultão considera que a única saída para o impasse implicava uma negociação com os vitoriosos aliados, sugerindo mesmo que a Turquia poderia aceitar a tutela britânica. As comunidades grega (mais de 250 mil pessoas) e arménia recebem em delírio as tropas estrangeiras que desfilam nas ruas da velha “Roma do Oriente”. E reforça-se o projeto da “*Megali Idea*” entre os nacionalistas helénicos⁴ e da Grande Arménia, do Mar Negro ao Mediterrâneo.

O humilhante tratado de Sèvres, firmado em 10 de agosto de 1920, acabará por colocar Esmirna (atual Izmir) e seus arredores sob tutela grega, e Atenas decide então aproveitar-se do que avaliava como “a extrema fraqueza do Turco” para promover um avanço militar em direção ao interior da Anatólia, enquanto outros contingentes avançavam pela Trácia oriental. Objetivo: criar um “movimento de tenaz” que eventualmente conduziria à “libertação de Constantinopla”.

Entre os resistentes a esta investida está o general Mustafa Kemal, que deixa Istambul em 16 de maio de 1919, um dia após a entrada das forças gregas em Esmirna. Com 39 anos, acabava de ser nomeado inspetor do Terceiro Exército otomano e dispunha de consideráveis poderes após ter sido encarregue pelo Sultão de restaurar a ordem no interior do país. É dele que está dependente a eventual reorganização das forças turcas.⁵

3. O chefe da Turquia profunda

Quando Mustafa Kemal chega à Anatólia, o

tica privilégios territoriais que, entre outras regalias, permitiam aos “estrangeiros” a isenção de impostos e a liberdade de comércio, o direito de praticarem da sua religião e de se submeterem às suas leis próprias, apesar da permanência da autoridade central turca.

4 A “Grande Ideia”, que consistia no projeto de unificação de todos os territórios habitados por populações gregas ortodoxas, incluindo na Ásia Menor e na região de Constantinopla (Istambul).

5 Paul Dumont, *Mustafa Kemal*, Éditions Complexe, Bruxelles, 1983, p. 36.

movimento de resistência nacional procurava um chefe. E será este oficial otomano, profundamente nacionalista e com fortes influências da cultura ocidental (há muito que admirava os feitos das revoluções americana e francesa) a afirmar-se como o líder da rebelião contra o governo de Istambul, que responsabilizava pela situação desastrosa do país. O objetivo não era apenas combater contra o ocupante estrangeiro, mas também contra os erros de Mehmed VI e seus ministros. “Era necessário a todo o preço insurgirmo-nos contra o governo otomano, contra o Sultão, contra o Califa de todos os muçulmanos, e incitar à revolta armada de toda a nação”, escreverá mais tarde.⁶

Enviado pelo Sultão para pacificar a Anatólia, Mustafa Kemal adota uma atitude bem diversa: apoiado pela maioria dos comandantes militares, incita à formação de comitês locais contra a invasão grega, inquieta o ocupante britânico e o próprio governo otomano, que considera “apático e servil”. Num Estado em decomposição e que se debatia com sérios problemas de identidade nacional, o seu objetivo parecia consistir na subversão da ordem estabelecida.

22 de junho de 1919, aquele que depois será designado de Atatürk emite uma circular a partir de Amasya, onde se tinha instalado, dirigida a todas as organizações patrióticas da Turquia, onde proclama que a nação está em perigo e anuncia a convocação de um Congresso nacional em Sivas, para encontrar soluções e salvar o país. Numa carta que acompanha a circular, lê-se: “A partir deste momento, Istambul deixará de ser a soberana mas antes a sujeita da Anatólia”.⁷

O movimento rebelde também contava com a tradição de revoltas e golpes de força característicos do Exército turco, que dispunha da força das armas e das ideias: os seus oficiais leram Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Victor Hugo, conheciam a história da Revolução francesa. Nação, pátria, liberdade, igualdade eram também os seus anseios.

Face às pressões de Istambul, Mustafa Kemal demite-se das suas funções de inspetor, e também se demite do Exército. Mantém a solidariedade dos seus companheiros de armas, dos notáveis de Erzurum, onde se encontrava, e é

“O movimento rebelde também contava com a tradição de revoltas e golpes de força característicos do Exército turco, que dispunha da força das armas e das ideias: os seus oficiais leram Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Victor Hugo, conheciam a história da Revolução francesa. Nação, pátria, liberdade, igualdade eram também os seus anseios.”

designado presidente do comité executivo do ramo local da Sociedade do Leste da Anatólia para a Defesa dos Direitos Nacionais.

A rebelião consolida-se na sequência do Congresso regional de Erzurum organizado em julho de 1919 pela Sociedade, e onde está representado um autêntico microcosmos social. Kemal será na ocasião eleito para a presidência do Congresso.

O manifesto aprovado no conclave proclama a intangibilidade das fronteiras nacionais, afirma que o país resistirá unanimemente a qualquer ocupação e ingerência externas, e face às reivindicações das minorias considera que “não serão concedidos aos elementos cristãos privilégios de natureza a poderem aten-

tar contra a soberania política e o equilíbrio social do povo turco”.⁸ O antigo inspetor-geral do Exército do Oriente, assume uma “perspetiva nacional”, com o objetivo de lançar as bases de uma mobilização de toda a nação contra as potências da Entente e contra a incúria do governo de Istambul.

E será no próprio território da Anatólia que será anunciada a formação de um “governo de salvação pública”, num claro desafio ao poder central de Istambul em acelerada desagregação.

O seu manifesto dizia: “Estamos prontos a acolher a participação científica, industrial e económica de qualquer potência, desde que respeite os sentimentos nacionais e não alimente desígnios imperialistas face ao nosso país. Para nós, está fora de questão aceitar um mandato ou um protetorado”.⁹

O processo revolucionário contra o Palácio e contra a presença estrangeira tornava-se inevitável e estava em marcha. Uma das medidas mais significativas consistiu na proposta de que o presidente da Assembleia também seria o chefe do Executivo. E em 24 de abril de 1920 Mustafa Kemal é assim eleito presidente da Grande Assembleia Nacional (o Parlamento), e no dia seguinte emite a sua primeira declaração à nação, na qualidade de presidente da instituição: “Nós, os vossos deputados, juramos em nome de Deus e do Profeta que é mentira a sugestão de que somos rebeldes contra o Sultão [Mehmed VI] e o Califa. Tudo o que pretendemos é evitar que o nosso país partilhe o destino da Índia e do Egipto”.¹⁰

As características autoritárias do regime kemalista em formação acentuam-se quando, em 29 de abril, a Grande Assembleia Nacional vota uma draconiana lei de alta traição, que prescreve a pena de morte para quem desafiar a sua legitimidade. Em 1 de maio o governo de Istambul responde, condenando à morte Mustafa Kemal e diversos dos seus apoiantes.

4. Um aliado circunstancial

Com a guerra civil instalada na Anatólia entre as forças nacionalistas e a tropa do Sultão,

8 Idem, *ibidem*, p. 47.

9 Idem, *ibidem*, p. 50. Ver ainda Misha Glenney, *The Balkans, 1804-1999. Nationalism, War and Great Powers*, Granta Books, Londres, 2000.

10 Andrew Mango, *Atatürk*, John Murray, London, 2002, p. 278. O Egipto obterá a independência formal dos britânicos em 1922, e a Índia em 1947.

6 Idem, *ibidem*, p. 39.

7 Idem, *ibidem*, p. 41.

os gregos, com ancestrais tradições na região costeira de Esmirna, onde as populações cristãs superavam as muçulmanas, consideraram ter chegado o momento para avançar.

Mas as imposições de Sèvres também fornecem um novo alento à causa de Kemal e à resistência às potências aliadas. Ancara vai radicalizar a sua posição e declarar como “traidores” todos os que se submetam às considerações do tratado, incluindo os membros do conselho da coroa.

Em aparente desvantagem, Mustafa Kemal possuía contudo dois grandes trunfos. Apesar de os gregos ocuparem importantes regiões da Anatólia Ocidental, e de prosseguirem os levantamentos armados contra os nacionalistas no interior da Anatólia, o líder emergente dos turcos sabia que uma parte decisiva da população já se encontrava mobilizada para a “causa patriótica”, e que os aliados ocidentais não demonstravam particular entusiasmo em envolver forças militares para impor o tratado de Sèvres, teoricamente favorável a gregos, arménios ou curdos.

Kemal vira-se então para os bolcheviques, que constituíam um importante contrapeso ao Reino Unido, França, e à sua aliada Grécia. E, militarmente, eram a única alternativa viável para o fornecimento de dinheiro, e armamento.

Numa carta enviada a Lenine em 1920, Mustafa Kemal garante o empenho do governo da Anatólia na bolchevização da Geórgia menchevique e o regresso do Azerbaijão à esfera de influência russa. Propõe ainda uma ação militar “contra o governo imperialista da Arménia”.

A aproximação dos nacionalistas turcos aos bolcheviques vai revelar-se circunstancial, e quando Kemal garante os seus objetivos (dinheiro e armas) irá desencadear uma campanha de repressão interna contra os comunistas turcos.

5. Frente religiosa e vitória militar

Para o fundador da Estado laico turco, a religião vai constituir um poderoso argumento para a consolidação de um ainda pouco articulado “movimento de libertação nacional”. Logo após a sua chegada à Anatólia, Kemal tentou projetar a imagem de “verdadeiro muçulmano” e optou por manter relações privilegiadas com os homens da religião.

Em paralelo, e na sequência do Tratado de Sèvres, o general Paraskevopoulos, comandante-em-chefe das forças helénicas na Ásia Menor, lança seis divisões para o interior da Anatólia. Nos primeiros meses acumulam sucessos: conquistam Bursa, primeira capital do Império Otomano, e avançam em toda a Trácia oriental.

A chegada da ajuda russa, negociada pelo então comissário do povo para os Negócios Estrangeiros, Georgi Tchitcherine, surge numa altura em que a ofensiva grega atinge o auge, e suscita na Anatólia uma vaga generalizada de simpatia pela Rússia bolchevique.

É neste período que surge o Exército Verde, com um objetivo concreto e anunciado: mobilizar as massas populares em torno da bandeira vermelha da revolução e da bandeira verde da fraternidade islâmica, para expulsar do Oriente os exércitos das potências imperialistas.

Kemal decide fornecer o seu apoio ao Exército Verde, que progressivamente lhe escapará ao controlo, originando uma crescente tensão entre Ancara e esta formação radical. Na capital kemalista, é ainda fundado o Partido Comunista “oficial”, estritamente controlado pelas autoridades. Mas quando as forças nacionalistas triunfam, estas duas formações estarão condenadas.

Em 1921, o Conselho Supremo da Entente Cordial decide convocar para Londres uma conferência com representantes das potências aliadas, à qual assistem responsáveis gregos e turcos, para analisar a situação na região. Pela primeira vez, o governo “paralelo” de Ancara também se faz representar, uma vitória clara para Mustafa Kemal. A conferência conclui-se sem que o “governo paralelo” de Ancara consiga garantir a reivindicação decisiva sobre a retirada grega da Ásia Menor. A “questão do Oriente” vai permanecer sem solução, mas por pouco tempo.

Progressivamente, a Itália, a Alemanha (apesar das interdições de Versalhes), os Estados Unidos e a própria Rússia soviética decidem optar por Ancara. E em pouco tempo Kemal consegue concentrar 200 mil homens, 100 mil espingardas, 3.000 metralhadoras, mais de 300 canhões, 5.286 sabres e 50 aviões na frente Oeste.

A decisiva contra-ofensiva turca é desencadeada em agosto de 1922, e toda a Anatólia ocidental se vai tornar num campo de cinzas e

de morte. “*Em frente, em direcção ao Mediterrâneo!*”, foi a palavra de ordem então lançada pelo Gazi, “O Vitorioso”, um título que lhe tinha sido antes concedido pela Grande Assembleia Nacional de Ancara ao designá-lo general.

A ordem foi cumprida. Esmirna será incendiada a partir do bairro arménio: pelo menos 25.000 edifícios destruídos, 300.000 refugiados, milhares de mortos e feridos. As forças de Entente assistem com indiferença aos diversos episódios do brutal avanço das forças kemalistas sobre Esmirna.

Mustafa Kemal “vingava-se” de Salónica, a sua cidade natal que tinha sido conquistada pelas forças gregas em 1912, no decurso da Primeira Guerra balcânica.

A liderança da Grande Assembleia Nacional e o seu negociador, Ismet Paxá, conseguem garantir o essencial. Em 19 de outubro de 1922, Refet Paxá, encarregue por Mustafa Kemal de representar em Istambul o governo instalado na Anatólia, protagoniza uma entrada triunfal na capital otomana.

6. Do fim do Sultanato à paz de Lausanne

Perante a permanência de uma situação de dualidade de poderes, com um governo de tonalidade republicana em Ancara e outro de cariz monárquico em Istambul, Kemal vai optar pela abolição do Sultanato.

Para tentar responder às inquietações dos representantes religiosos, o chefe do poder nacional propõe aos deputados um cenário subtil: sendo o Sultão, em simultâneo, monarca temporal e Califa (o líder espiritual dos muçulmanos), promovia-se a dissociação do Sultanato do Califado, sendo apenas extinto o regime monárquico. A dignidade do Califa seria mantida e conferida pela Assembleia a um dos membros da família dos Otomanos.

A confirmação da vitória nacionalista turca e da nova abordagem ocidental face ao país será por fim comprovada a partir de 10 de novembro de 1922, quando se iniciam as negociações de paz em Lausanne.

Aos 42 anos, Mustafa Kemal conseguia enfim travar os desígnios das potências ocidentais, preservar os territórios na Trácia europeia, em particular a velha Constantinopla, e transformar um Império em colapso num Estado nacional ainda muito heterogêneo e em busca de uma identidade, mas com predomínio “turco”.

A abolição do Sultanato alguns meses antes tinha sentenciado o fim do antigo regime. O próximo passo deveria consistir na implantação da República, apesar da permanência de muitos partidários de uma monarquia constitucional.

O instrumento utilizado para a concretização desse objetivo será o Partido do Povo (CHF, o futuro Partido Republicano do Povo, CHP), que vence de forma esmagadora as eleições legislativas antecipadas entretanto convocadas, e passará a controlar um Parlamento nacional totalmente domesticado. Oficialmente, a República nasce no dia 29 de outubro de 1923, quando Mustafa Kemal é investido no cargo de Presidente do país.¹¹

7. Tempo de reformas e de abolição do Califado

A palavra “ditadura” começou a ser sussurrada nos meios da oposição, sobretudo entre os sectores religiosos. Dizia-se que nunca qualquer Sultão tinha concentrado tantos poderes como o recém-designado Presidente do país e da Grande Assembleia Nacional.

Estava instalado o pretexto para a abolição do Califado e o início de uma ofensiva em larga escala contra o poderoso aparelho religioso do país, agora definido como uma ameaça à jovem República.

Na Turquia kemalista, o Estado decide concorrer diretamente com a religião numa atitude de confronto, e na sua busca de modernidade nunca deixará de se confundir com um Estado de cariz autoritário.

A natureza do Estado turco impediu que a laicização tivesse correspondência numa “sociedade aberta, integradora, ecuménica e democrática”, podendo antes considerar-se a ocorrência de uma metamorfose no universo religioso e suas instituições, um “nível específico” de laicização.¹²

A elite dirigente kemalista, militar e civil, apoiada na ainda incipiente burguesia tur-

ca, vai utilizar-se do laicismo para reforçar o regime em construção e impor a redução da função hegemónica da religião a nível social. Num breve discurso, em 1 de março de 1924, Mustafa Kemal propõe perante dos deputados um conjunto de medidas de laicização, a abolição do Califado e a expulsão dos príncipes de sangue.

Dois dias depois, os deputados votam as leis n.ºs 429, 430 e 431. O primeiro texto abolia o ministério dos Assuntos Religiosos e as Fundações islâmicas, substituídas por “direções” dependentes dos serviços do primeiro-ministro. A segunda decretava a “unificação do ensino”, colocando todas as escolas religiosas sob a tutela do ministério da Informação.

Em apenas um ano e meio, a indecisa Turquia decide assim “optar” pela Europa e pelos valores ocidentais, liderada por uma elite “racionalista” obcecada pela separação do poder político do religioso. O âmago das reformas que tinham fracassado há um século são agora aplicadas por decreto, de forma brutal e acelerada.

Nas décadas de 1920/1930, são anunciadas medidas destinadas a construir a nova identidade nacional turca e erguer uma organização e burocracia estatal semelhantes ao Ocidente: na sequência da abolição das escolas e tribunais religiosos, todas as instituições do Islão religioso ficam sob controlo do aparelho estatal; adota-se uma Constituição republicana semelhante às Constituições ocidentais; em 1925 aprova-se um novo Código Civil baseado no seu congénere suíço, pelo qual as mulheres adquirem direitos civis semelhantes aos dos homens, e um novo Código Penal, este baseado no modelo da Itália fascista de Mussolini; em 1927 promove-se o primeiro recenseamento da população, e a referência ao Islão como religião oficial é retirada da Constituição; em 1928 introduz-se o alfabeto latino, em substituição do alfabeto árabe (1928) e fundam-se “escolas nacionais” para ensinar o novo alfabeto; é concedido o direito de voto e de elegibilidade para as mulheres nas eleições locais, e mais tarde nas eleições gerais; em 1932 impõe-se a obrigação de chamada para as orações em língua turca, proibindo-se o árabe, e obriga-se a população a adotar apelidos, para além do nome próprio.¹³

Para Mustafa Kemal a modernização do país também implicava a “modernização do Islão”, uma religião livre das tendências obscurantistas e impregnado dos ideais da jovem República. Um Islão transformado numa religião nacionalista e progressista ao serviço da nova República, um Islão domesticado.

Para o povo turco, sobretudo nos campos, nas regiões mais atrasadas do país, o choque foi contudo demasiado brutal, e foi naturalmente na “Turquia profunda” que ocorreram mais resistências a mudanças desta amplitude. A população era simplesmente “convidada” a renunciar ao seu vestuário oriental, renunciar à poligamia, renunciar a ler e preencher os formulários em caracteres árabes, renunciar a medir o tempo de acordo com a rotação aparente do Sol, renunciar às cerimónias dos *derviches*, renunciar às suas unidades de peso e distância, renunciar aos seus costumes, à sua forma de pensar, à sua maneira de sentir a vida. Este foi o caminho traçado por Mustafa Kemal para a consolidação da jovem Turquia “laica”, esta foi a sua vontade, e que em última instância seria cumprida com o sistemático recurso à força.

A maioria da população optará por acatar as novas disposições, evitando dessa forma as implacáveis represálias previstas na lei, e apesar de diversos fenómenos de resistência. O mais grave ocorreu em 1925 nas províncias curdas, seguido de sangrenta repressão.

O fatídico destino das populações cristãs, do genocídio arménio de 1915 à partida forçada de cerca de um milhão de gregos em 1923 e o regresso de pelo menos de meio milhão de populações turcas da Trácia grega à “terra-mãe”, num processo de “homogeneização étnica, singularidade religiosa e nacionalização”¹⁴, vão transformar a Turquia (a Anatólia e a Trácia oriental, antes integradas no Império Otomano) de forma irreversível.¹⁵

Como fator unificador, o Islão é progressivamente preterido pela ênfase na nova Turquia, e promove-se uma definição territorial da nação turca. O artigo 88º da Constituição turca de 1924 estipulava que “o povo da Turquia, in-

11 Com a oposição atemorizada e atomizada, sobretudo após o assassinio nos inícios de 1923 de Ali Sükrü bey, um dos principais líderes oposicionistas, o caminho está livre para a concretização do projecto kemalista: ainda em outubro Ancara é designada capital da Turquia, enquanto Ismet Paxá (İnönü) será encarregue de formar o novo governo.

12 A propósito da problemática em torno deste conceito, ver António Matos Ferreira, “Laicidade”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001, pp. 58-65.

13 José Pedro Teixeira Fernandes, “A Construção Nacionalista”, *Revista História* (Dossier Turquia), março 2004, pp. 18-23.

14 De acordo com a definição de Irving Horowitz no seu estudo *Genocide: State Power and Mass Murder*, Transaction Books, New Brunswick, New York, 1976, p. 45.

15 Soner Çagaptay, “Reconfiguring the Turkish Nation in the 1930s”, in *Nationalism and Ethnic Politics*, vol. 8, n.º 2, Summer 2002, pp. 67-82.

dependentemente da religião ou raça, é Turco no que diz respeito à cidadania turca”.

No seu discurso inaugural da Grande Assembleia, em 1 de março de 1922, Mustafa Kemal optará por se referir ao “povo da Turquia, unido pela raça, a religião e a cultura”, e que pouco depois se tornará no povo turco.¹⁶

8. António Ferro em *Stambul* e *Ancara*: regime musculado e “exótico”

“O Oriente em Constantinopla, o Oriente na Turquia, era um cigarro... Mustapha Kemal fumou-o. Hoje, infelizmente, só há cinzas...”.

António Ferro, *Viagem à Volta das Ditaduras*, Edição da Empresa “Diário de Notícias”, 1927, p. 307.

António Ferro, o responsável pela criação em 1933 do Secretariado de Propaganda Nacional, detetou a natureza ditatorial do regime durante uma viagem à jovem República turca na segunda metade da década de 1920. Ferro, então um jovem repórter ao serviço do *Diário de Notícias*, terá compreendido a “ânsia civilizadora” de Kemal, de “arrancar à Turquia o estigma da barbárie”, apesar de se interrogar: “Mas não será bárbaro, igualmente, sujar uma tela, rasgar um quadro? O carácter de uma raça não é incompatível com a civilização”. Na sua perspectiva, “Mustapha Kemal, muito grande, seria maior se enchesse a Turquia de caminhos de ferro sem tocar nas mesquitas e nos cemitérios”.¹⁷

A sessão a que António Ferro assiste na Grande Assembleia Nacional em Ancara revela a natureza do regime. Uma Assembleia dócil, onde “nem se respira” quando Mustafa Kemal entra na tribuna. Um “professor severo” perante alunos perfilhados em carteiras. “A Assembleia Nacional de Ângora é, verdadeiramente, a Assembleia Geral de um grande partido, do grande partido de Kemal. Ele próprio é o leader desse partido. O Parlamento de Ângora é um centro partidário. Não há discussões, não há projectos, não há luta: há conferências”.¹⁸

Mas o apologistas da “política do espírito” não

deixará de ficar impressionado com a visita: “Devo dizer, no entanto, que encontrei no Parlamento de Ângora, uma disciplina, uma ordem, uma atenção que não encontrei ainda em nenhum Parlamento do mundo. Não há dúvida. Os únicos parlamentos que podem manter-se, que podem ouvir-se, são os parlamentos fabricados pelos ditadores, os parlamentos manejados como órgãos de Barbária, os parlamentos de manivela...”.¹⁹

Na sua viagem, Ferro não terá cruzado com Latife Usakligi, com quem o líder turco partilhara dois tumultuosos anos antes do divórcio em 1925. Os diários da enigmática “primeira-dama” (falecida em 1975) foram mantidos em segredo, na sequência de uma decisão emitida por um tribunal em 1980.

Nos inícios de 2005, com o fim do prazo imposto pelo tribunal, pensou-se que os diários seriam finalmente publicados. Mas numa comprovação das reminiscências do “kemalismo” nas instituições estatais, o presidente da Sociedade de Historia Turca informava em 3 de fevereiro de 2005 que a família de Latife tinha solicitado a manutenção dos documentos em segredo.

9. As seis flechas

A ideologia kemalista vai consistir num conjunto de fórmulas e ideias agrupadas em torno de seis palavras-chave: republicanismo, laicismo (secularismo), nacionalismo, populismo, estatismo e reformismo (designação interpretada como progressismo pelos sectores kemalistas menos conservadores). Representadas no emblema do partido único por um feixe de seis flechas (*Alti Ok*), estes termos foram promovidos à categoria de princípios fundamentais do Estado turco durante uma revisão da Constituição em 1937.²⁰

As seis flechas tornam-se assim nos pilares ideológicos do regime, que significativamente prescindiu da referência à democracia, obrigatória em todos os “Estados de direito” de modelo ocidental. Para Kemal, o termo república não era necessariamente sinónimo de democracia liberal, antes um obstáculo a qualquer tentativa de restauração monárquica.

Laicismo (secularismo) e progressismo (re-

formismo) – heranças do Iluminismo, do racionalismo técnico-científico que tinha contribuído para o domínio do Ocidente à escala mundial –, significavam o desejo da Turquia se tornar num país moderno, ocidentalizado, pela separação da religião do Estado, por um sistema educativo sem ingerências das estruturas religiosas, por jurisdições seculares, por uma transformação rápida da sociedade através de métodos “revolucionários”.

O nacionalismo, elemento decisivo do Estado kemalista, vai manifestar-se de formas muito diversas neste período crucial entre as duas Grandes Guerras. Desde a “purificação” da língua ao desenvolvimento de uma literatura que promovia novos valores, uniforme e omnipresente, e destinada a contrariar a noção de “barbarismo” associada ao Turco.

A flecha do nacionalismo destinou-se ainda a contrariar o problema da identidade num país já praticamente livre das suas incómodas minorias cristãs (gregos e arménios) mas onde permaneciam diversas minorias muçulmanas não-turcas, com particular destaque para os curdos. Afinal, todos estavam agora incluídos na categoria de “cidadãos turcos” mas as resistências vão permanecer, até ao presente.

No entanto, o aspeto mais decisivo da vertente nacionalista terá consistido na introdução de uma historiografia nacional que exaltava os grandes feitos do povo turco, e na elaboração de novas teorias raciais. Um novo Estado necessitava de uma nova História. O kemalismo não hesitará em construí-la.

10. Nova língua e nova memória

A consolidação da República kemalista, baseada num fervoroso nacionalismo, vai implicar uma ampla reforma do alfabeto turco e que conduzirá a uma ampla reforma da língua turca, com a eliminação das formas árabes e persas. Mas o processo vai mais longe, com a designação de “investigadores” destinados a descobrir uma nova versão da História turca. Para concretizar estes objetivos, Kemal fundou dois organismos decisivos, a Sociedade Histórica Turca (*Türk Tarih Kurumu, TTK*) em abril de 1931 e o Instituto de Língua Turca (*Türk Dil Kurumu, TDK*) em julho do ano seguinte.

Mustafa Kemal vai passar a rodear-se de dezenas de dicionários, novos e velhos, e também dará o seu contributo para a “descoberta”

16 Stéphane Yerasimos, “Que bonheur de se nommer Turc!”, em *Les Turcs, Orient et Occident, Islam et Laïcité*, Éditions Autrement, Paris, 1994.

17 António Ferro, *Viagem à Volta das Ditaduras*, Edição da Empresa “Diário de Notícias”, Lisboa, 1927, p. 294.

18 Idem, *ibidem*, p. 336.

19 Idem, *ibidem*, p. 337.

20 Erik J. Zürcher, *Turkey. A Modern History*, I. B. Tauris & Co. Ltd Publishers, London, New York, 2001, pp. 189-190.

de “palavras turcas puras” ou nas tentativas em traçar uma relação filológica entre palavras turcas e estrangeiras. Contudo, a “nova língua” em formação torna-se obviamente incompreensível para uma larga maioria da população pelo facto de muitos termos essenciais do quotidiano, de origem árabe ou persa, terem sido pura e simplesmente banidos.²¹

É neste período que Kemal se deixa seduzir pela “Linguagem do Sol”, uma teoria desenvolvida pelo filólogo vienense Hermann Kvergiec (1895-1948 ou 1949), segundo a qual o homem primitivo emitiu os seus primeiros sons, que evoluíram para palavras, em resposta à admiração induzida pelo Sol. Nesta tese, apresentada a Kemal, todos estes sons originais construídos pelos homens pré-históricos através da contemplação da Natureza encontravam-se implantados na língua turca.

As tentativas para relacionar este fenómeno a raízes arianas ou semitas tinham fracassado, mas agora a “ligação” poderia ser estabelecida com a língua turca, que se poderia tornar na “mãe de todas as línguas”. O Presidente turco ordena que a “teoria solar da língua” passe a ser ensinada na Faculdade de Letras de Ancara e patrocina a publicação de numerosos livros sobre o assunto.

A teoria da “língua-sol” pretendia sobretudo provar que as línguas turcas e indo-europeias provinham de um tronco comum, e explicar que todas as línguas do mundo tinham origem no turco. A pré-história, a história antiga, a linguística, a antropologia, tornam-se nas ciências dominantes. Esta teoria acabará no entanto por ser fortemente criticada, e em grande parte abandonada após a morte de Atatürk.

11. As teses de História

Para além da “uniformização linguística”, essencial para uma construção identitária, a Sociedade Histórica Turca (TTK, diversos autores designam-na por Fundação Turca de História) foi encarregue de outra função decisiva: elaborar uma história nacionalista, num processo que ficará conhecido por “Teses Históricas Turcas”.

Assim, a história pré-islâmica vai conhecer um enorme fulgor, apesar da enorme comple-

“Em definitivo, a história e a língua preparavam-se para definir e consolidar a emergente nação turca, em detrimento da referência religiosa, do Islão. Será no primeiro Congresso da Sociedade para o Estudo da História Turca (a designação inicial) realizado em Ancara em 1932 que vão ser pela primeira vez enunciadas as “Teses Históricas Turcas”.”

xidade do desafio. O primeiro problema surgiu com a necessidade de legitimar a Turquia no solo da Anatólia, num contexto de modernização, laicização e ocidentalização. O nome de Turquia (escolhido em 1923 para o novo Estado) não evitava os equívocos pelo facto de sugerir uma pátria que aglutinava a raça/etnia “turca”, apesar da existência de importantes populações turcas/turcófonas instaladas no exterior das fronteiras do novo Estado, o que naturalmente dificultava a definição de “cidadão turco”.

Mas esta designação também sugeria uma identidade nacional de “tipo étnico”, diversa da opção inicial promovida pela elite para a construção da identidade nacional, onde se ti-

nha privilegiado a “identificação religiosa”.²² Em definitivo, a história e a língua preparavam-se para definir e consolidar a emergente nação turca, em detrimento da referência religiosa, do Islão. Será no primeiro Congresso da Sociedade para o Estudo da História Turca (a designação inicial) realizado em Ancara em 1932 que vão ser pela primeira vez enunciadas as “Teses Históricas Turcas”. Esta teoria, entusiasticamente apoiada por Mustafa Kemal, sugeria que os Turcos tinham habitado originalmente na Ásia Central, e de seguida forçados a emigrar para outras áreas, como a China, Europa e Médio Oriente. Desta forma, estariam na origem das maiores civilizações do mundo. No Médio Oriente, Sumérios e Hititas seriam “proto-turcos”.²³ Átila e Gengis Khan foram considerados como os executores destas “missões civilizadoras”.²⁴

Esta teoria destinava-se a fornecer aos turcos um sentido de orgulho no seu “passado ancestral” e na sua identidade nacional, e provocar uma rutura com o passado imediato, os tempos otomanos. Em paralelo, considerar os Hititas, e os Troianos, como “proto-turcos” tinha a vantagem de provar que a Anatólia era uma “terra turca” desde tempos imemoriais. Assim, começa a ganhar forma o conceito da Anatólia como o “centro” da Turquia, à medida que se acentuava o recuo nos Balcãs.²⁵ A ênfase na “herança turca”, mesmo que mítica, contribuiu para construir uma barreira face à civilização islâmica do Império Otomano, e assim suavizar a introdução dos “costumes ocidentais”. Por outro lado, incutiu nas jovens gerações um forte sentimento de orgu-

22 José Pedro Teixeira Fernandes, *op. cit.*, p. 20. Como se sublinha, o facto de se ser “turco” não constituía propriamente um privilégio no Império Otomano, porque apenas era necessário o conhecimento da língua turca otomana para integrar a máquina administrativa. Ver ainda a propósito, Lord [Patrick] Kinross, *The Ottoman Centuries. The Rise and Fall of the Turkish Empire*, Morrow Quill Paperbacks, New York, 1977, p. 415 e seguintes.

23 Não será coincidência que os dois maiores bancos estatais turcos fundados na década de 1930 fossem designados *Sümerbank* (Banco Sumério) e *Etibank* (Banco Hitita).

24 Erik J. Zürcher, *op. cit.*, p. 199.

25 Estas teses foram inicialmente divulgadas em 1873, quando se reuniu em Paris o I Congresso dos Orientalistas e onde o turcófilo Léon Cahun (1841-1900) defendeu as teses que ainda hoje estão impressas na maioria dos manuais escolares turcos: as grandes migrações da Eurásia, junto a um grande lago, para a periferia do Continente.

21 Patrick Kinross, *Atatürk. The rebirth of a Nation*, 2ª ed., Phoenix, London, 2003, pp. 445-446.

lho e identidade nacional e mesmo um “sentimento de superioridade” que psicologicamente contrabalançou, nesse contexto específico, a necessidade de seguir a Europa.

Quase totalmente consagrado à pré-História e História Antiga, o Congresso de Ancara assinalou assim uma alteração radical na perspectiva concedida à historiografia turca, e o “passado dos muçulmanos” tornou-se progressivamente no “passado dos turcos”. A simbiose entre o passado asiático e as antigas civilizações da Anatólia, e a valorização destas duas componentes, constitui o aspeto central da nova historiografia em formação.²⁶ Na representação republicana da História, os montes Altai situados no extremo ocidental da actual Mongólia, próximos do Sul da Sibéria e do Leste do Cazaquistão, vão ser considerados pelos historiadores turcos como “a primeira pátria”.²⁷

Os investigadores referiam-se a um grande mar interior que teria coberto a Ásia na última glaciação, e em cujas margens floresceram as civilizações proto-turcas. O seu desaparecimento explicaria as migrações em larga escala dos povos turcos, e os historiadores kemalistas começam a imaginar uma espécie de “Atlântida das areias”. As ideias do escritor e orientalista francês Léon Cahun (1841-1900), e a sua obra *Introduction à l'histoire de l'Asie. Turcs*

et Mongols des origines à 1405 – a teoria das migrações “turanianas” para a periferia do continente – publicada em Paris em 1896 é de imediato traduzida para turco.

Estas “teses históricas turcas” pretendiam assim resolver o problema da origem dos sumérios, explicar os progressos registados pelos chineses, pelos indianos, pelos egípcios, e por todos os europeus do Neolítico. E ainda provar, uma questão essencial, que a Anatólia tinha sido “turca” muito antes da chegada dos antigos gregos.²⁸

O presidente do Congresso de 1932 foi Yusuf Akçura (1876-1935), historiador de ascendência tártara e natural do extinto Império russo, que também presidia à Sociedade Histórica Turca (TTK). Foi uma personagem charneira entre a época da primeira expressão de turquismo e a formação da historiografia “kemalista”. E foi o primeiro a formular as ideias “turquistas” no importante texto *Os Três Sistemas Políticos*, originalmente publicado no Cairo em 1908 no jornal “*Türk*”.

Na perspectiva de Akçura, o atraso dos otomanos podia ser atribuído à ignorância da sua própria história nacional, definida como uma “base dos movimentos nacionais”. Assim, decide reformular a história turca/otomana ao prescindir da tradicional arrumação cronológica da historiografia europeia/ocidental (Antiguidade; Idade Média; Idade Moderna; Época Contemporânea).

Na sua configuração tripartida da História, considerou os seguintes marcos: o período turco antigo (até ao século XIII); a unificação feita por Gengis Khan, e os Estados que emergiram da desagregação do Império Turco-Mongolno despertar nacional dos povos turcos.²⁹

A “antropologia racial”, então em moda na

Europa, exerce ainda um enorme fascínio entre os intelectuais turcos, que se rendem ao conceito de raça. Estas ideias serão prolongadas por uma jovem geração de jovens kemalistas, onde se destaca a historiadora Afet Inan (1908-1985), uma das oito filhas adotivas de Mustafa Kemal (Atatürk) e considerada o exemplo do “Homem novo” do reformismo kemalista: a mulher intelectualmente emancipada.

Em 1930, Afet Inan passa a liderar a recém-formada Comissão dos centros turcos para as pesquisas históricas, com a persistente colaboração de Akçura e de Sadri Maksudi Arsal (1878-1957). Esta equipa, fortemente controlada pela presidência da República, vai redigir em tempo recorde uma obra intitulada *Linhas Gerais da História Turca*, onde em 600 páginas são expostas as “Teses Históricas”. Um resumo deste livro é editado em brochura e distribuído nas escolas, tornando-se na história oficial do país, mas provoca um choque: pela primeira vez, o Islão era abolido do passado turco. O “golpe de Estado em História” estava praticamente consumado. E um ano depois, ainda antes da realização do primeiro Congresso de 1932, o processo será concluído com a abolição dos Centros turcos que escapavam ao controlo do kemalismo, substituídos pela Sociedade de Pesquisas Históricas Turcas (TTTC), totalmente controlada e mais facilmente manipulável.³⁰

12. Conclusão: a herança kemalista de Ghazi, o conquistador

A natureza do regime kemalista acabou por assumir características específicas que o vão diferenciar as restantes ditaduras que então se consolidavam na Europa, e apesar da sua natureza autoritária prescindiu de cometer os excessos praticados na Alemanha de Hitler ou na União Soviética de Estaline. À maneira da ditadura portuguesa da década de 1930, traduziu-se num nacionalismo triunfante, “protector” e que não se revelará particularmente agressivo para o mundo exterior (no caso português excetue-se a ingerência na Guerra Civil de Espanha ao lado dos nacionalistas de Franco), optando por uma cuidadosa “neutralidade”.

No decurso da sua agitada e excitante vida

26 Étienne Copeaux, “L’Invention de L’Histoire” em *Les Turcs, Orient et Occident, islam et laïcité*, Éditions Autrement, Paris, 1994, p. 160. Como é sublinhado, este processo de “redescoberta” foi resultado de um conjunto de circunstâncias onde o “factor russo” assumiu particular importância. A conquista pelos russos de diversos Khanats (províncias otomanas) da Ásia Central, sobretudo o de Khiva, Sul do Mar Aral, em 1873, suscitou apelos à solidariedade muçulmana, dirigidos ao Sultão-Califa de Istambul. Assim, os intelectuais turcos tomam consciência da existência de “irmãos de raça” a Norte do Mar Negro e para além do Cáspio. Será o início do movimento pan-turco, e do sentimento de pertença a uma “etnia” que extravasava as fronteiras do Império. Muitos destes intelectuais turcos, instalados em São Petersburgo, Berlim, Paris, vão participar nas descobertas arqueológicas e linguísticas do século XIX e intensificar os seus contactos com especialistas russos, finlandeses, franceses, alemães, e ainda com investigadores ou estudantes de outras regiões do “mundo turco”. A ampla rede de ligações terrestres que unificava as fronteiras dos Impérios russo e otomano, de Baku até Kazan, ou Istambul, também contribui para esta tomada de consciência que vai influenciar de forma decisiva intelectuais turcos otomanos como Necib Asim (1861-1935) ou Ziya Gökalp (1876-1924).

27 José Pedro Teixeira Fernandes, *op. cit.*, p. 22.

28 Étienne Copeaux, *op. cit.*, p. 163. O autor faz notar que apesar de Kemal ter conseguido propagar a ideia de que a Turquia foi a primeira república muçulmana laica, os intelectuais “turcófonos” de Kazan, de Baku, da Crimeia, estavam muito mais avançados e foram eles que importaram essas ideias para a Turquia. Em 1917, a Constituição da efémera República tártara da Crimeia já previa a igualdade de sufrágios entre homens e mulheres. E em março de 1926 o interesse pelo passado asiático concretiza-se com a realização em Baku, capital da república soviética do Azerbaijão, do primeiro Congresso de Turcologia.

29 José Pedro Teixeira Fernandes, *op. cit.* Nesta concepção, Gengis Khan, herói mongol definido como “bárbaro” pelos otomanos, será assimilado ao “turquismo” e vai tornar-se no “maior herói” da História turca.

30 Étienne Copeaux, *op. cit.*, p. 169.

política, Atatürk – literalmente Pai Ancestral de todos os Turcos, o apelido honorífico concedido a Mustafa Kemal em finais de 1934 –, rejeitou veleidades expansionistas e concentrou-se na formação de um Estado moderno no interior das fronteiras nacionais definidas pelo Tratado de Lausanne.

Esta espécie de “despotismo esclarecido” em pleno século XX, também suscitou nas elites kemalistas a ilusão de que estariam imbuídas de uma missão à escala mundial, dirigida sobretudo ao “mundo islâmico”.

Até finais da Segunda Guerra Mundial, quando uma abusiva reivindicação territorial de Estaline na região dos Estreitos contribuiu para arrastar em definitivo a Turquia em direcção à esfera de influência norte-americana, o kemalismo (e o pós-kemalismo) pugnou pela propagação desta nova doutrina que confrontava as grandes potências e deveria servir de guia para os povos oprimidos e colonizados de África e da Ásia. Deste modo, o germe do movimento terceiro-mundista poderá ser detectado no kemalismo.

A odisseia kemalista, para além de exortada pela Rússia soviética, também mereceu a admiração em muitos países do ocidente europeu e nos Estados Unidos, que optaram por “minimizar” as características repressivas e autoritárias do regime, ou um crescente culto da personalidade em torno de Atatürk e que ainda hoje se mantém. O seu “retrato ameaçador”, na expressão de António Ferro, ainda é presença obrigatória, pelo menos em todas as instituições públicas da Turquia de inícios do século XXI, que finalmente tentou reencontrar o seu espaço entre velhos parceiros europeus, em particular quando a União Europeia iniciou em 2005 com Ancara as conversações de adesão, que ameaçam eternizar-se. Intelectuais de esquerda e de direita, como têm recordado diversos investigadores da história da Turquia, não hesitaram em elogiar o kemalismo, que tinha retirado este país do obscurantismo, que tinha abolido a poligamia, emancipado a mulher, que tinha imposto os “nomes de família”, que se tinha “civilizado”. Uma evolução brutal e criticada pelo jovem repórter António Ferro, que nas suas deambulações detectou um país decerto “disciplinado” mas ao qual tinha sido extirpada a alma pela acção do “grande”, mas contraditório e astuto Mustafa Kemal Atatürk, o nacionalista que nasceu otomano e morreu turco.

Mas os meios europeus optaram progressivamente por esquecer os múltiplos desafios e afrontas da década de 1910 e 1920: os massacres, perseguições, expulsões massivas dos arménios e de outras populações cristãs, a humilhação diplomática ocidental em Lausanne, as derrotas francesas, italianas ou britânicas na Anatólia durante a “guerra da independência”. Para além de deixar de ser emitida qualquer referência aos métodos utilizados para dominar a sublevação curda, ou à forma com eram perseguidos os opositores políticos. Sob a batuta de Atatürk os turcos serão submetidos a uma rude prova, porque o projecto de modernização se opôs à sua memória, ao tecido social, aos valores tradicionais. Uma alteração radical do “habitus”, um ataque directo à ancestral “consciência muçulmana” e que provoca uma ruptura nos “elos de continuidade cultural” entre as elites e o comum da população.

Neste processo de “desculturação” e “reculturação” para a construção do “homem novo”, onde a “pessoa civilizada” era identificada com a elite modernista e a “pessoa muçulmana” com o povo comum, não é de estranhar que se tenha assistido a um ressurgimento em força do Islão nas últimas décadas, na sequência da trágica experiência de Adnan Menderes (1889-1961) na década de 1950, que culmina com o primeiro golpe de Estado militar e a condenação à morte do primeiro-ministro turco e de dois próximos colaboradores.

A hierarquia das Forças Armadas acabará por se assumir como o “garante do modelo kemalista”, do Estado “laico e secular” assente nas “seis flechas” que apontavam para o progresso, fomentando três golpes de Estado em 1960, 1971 e 1980. Mas estas turbulentas décadas também vão assistir à chamada “reislamização” do laicismo e ao surgimento da designada “síntese turco-islâmica”, que se acabará por tornar numa espécie de “ideologia não oficial” da Turquia contemporânea. A vitória, por maioria absoluta, de um partido nacionalista conservador-religioso nas eleições gerais na Turquia em novembro de 2002 – e que paradoxalmente conduziu o processo que culminou na decisão de 17 de dezembro de 2004 sobre o início das conversações de adesão da Turquia à União Europeia –, confirmou o processo de “reislamização” e acabou por revelar que as dificuldades de implantação do kemalismo no tecido social.

O Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), do atual Presidente da República, ex-primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, no poder desde 2002, transformou profundamente a Türkiye – a nova designação do país – recuperou o orgulho perdido do antigo Império através de uma deriva “neo-otomana” da sua diplomacia, confirmando o seu estatuto de incontornável potência regional pela sua posição geográfica e peso demográfico.

No entanto, o nacionalismo manteve-se sempre presente, e desde há mais de um século, como o “maior denominador comum” do imaginário histórico e social da Turquia, partilhado pela generalidade do espectro político e que em geral se exprime numa simbiose de identidades étnica e religiosa, turco/turcofona e sunita muçulmana.

Um nacionalismo etno-religioso que representa a maioria sociológica do país mas que exclui três minorias, as duas primeiras muito significativas: os Curdos, que reivindicam o reconhecimento da sua própria identidade; os Alevi, que pedem o reconhecimento das suas práticas culturais, diferentes dos sunitas; e a minoria religiosa dos cristãos e judeus, hoje menos de 1% dos cerca de 85 milhões de habitantes da “nova Türkiye”.

Um nacionalismo étnico que na versão radical do nacionalismo oficial também se reivindica do pan-turquismo, a “unificação política dos povos turcos ou turcofonos”, em particular as minorias turcofonas dos antigos territórios otomanos dos Balcãs e Médio Oriente.

Em perda de popularidade, confrontado com grave crise económica, abandonado por antigos colaboradores, implacável na repressão aos alegados mentores do fracassado golpe militar de julho de 2016 e que depois se generalizou a toda a sociedade, em particular ao movimento político curdo, Erdogan está mais só. Em meados de 2023 confronta-se de novo com decisivos desafios eleitorais, na perspectiva de prevalecer no poder até às celebrações, em outubro desse ano, do centenário de uma República também construída à sua imagem, apesar da sombra sempre prevalecente de Mustafa Kemal, afinal do eterno “Pai dos Turcos”.